

O DESAFIO DO ENSINO DO CIBERJORNALISMO FRENTE ÀS MÍDIAS MÓVEIS

The challenge of teaching cyberjournalism to mobile media

El desafío de la enseñanza del ciberperiodismo frente a los medios móviles

Rose Mara Pinheiro^{1, 2}

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre o impacto das mídias móveis no ensino de ciberjornalismo sob o ponto de vista ético. Partimos de uma questão central: existem limites para o uso das novas tecnologias e dos meios de comunicação na cobertura jornalística, uma vez que o avanço tecnológico aponta para um mundo cada vez mais sem fronteiras? A partir daí, vamos discutir se o diálogo entre docência, meios de comunicação e novas tecnologias tem transformado as relações em sala de aula. Com base na experiência de Pellanda (2005), que vislumbra uma sociedade 100% conectada, onde a

¹ Possui Doutorado em Ciências da Comunicação, pela ECA/USP, na área de Educomunicação, e Pós-Doutorado na Faculdade Cásper Libero (bolsa Capes). Jornalista formada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Educação e Comunicação pela ECA/USP, e mestrado em Processos Comunicacionais pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora do curso de Jornalismo e do Mestrado em Comunicação da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em Campo Grande. Sócia fundadora da ABPEducom (Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação), onde foi diretora de Assuntos Profissionais e Formação Continuada (gestão 2014-2016), e membro do NCE/USP (Núcleo de Comunicação e Educação). Jornalista formada pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização em Educação e Comunicação pela ECA/USP, e mestrado em Processos Comunicacionais pela Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: rose.pinheiro@ufms.br.

² Endereço de contato da autora (por correio): Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS. Setor Universitário, CEP: 79070-900 - Campo Grande, MS – Brasil.

movilidade da comunicação cria novas relações na cibercultura, pretendemos apontar os desafios para professores e alunos de jornalismo para o novo ambiente social que se descortina.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberjornalismo. Formação. Educomunicação. Ética.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect on the impact of mobile media in the teaching of cyberjournalism from the ethical point of view. We start from a central question: are there limits to the use of new technologies and the media in journalistic coverage, since the technological advance points to a world that is increasingly borderless? From there, we will discuss whether the dialogue between teaching, media and new technologies has transformed relationships in the classroom. Based on Pellanda's (2005) experience, which envisions a 100% connected society, where the mobility of communication creates new relationships in cyberculture, we intend to point out the challenges for teachers and students of journalism to the new social environment that unfolds.

KEYWORDS: Cyberjournalism. Education. Educommunication. Ethic.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el impacto de los medios móviles en la enseñanza del ciberperiodismo desde el punto de vista ético. Partimos de una cuestión central: ¿existen límites para el uso de las nuevas tecnologías y de los medios de comunicación en la cobertura periodística, ya que el avance tecnológico apunta a un mundo cada vez más sin fronteras? A partir de ahí, vamos a discutir si el diálogo entre docencia, medios de comunicación y nuevas tecnologías ha transformado las relaciones en el aula. Con base en la experiencia de Pellanda (2005), que vislumbra una sociedad 100% conectada, donde la movilidad de la comunicación crea nuevas relaciones en la cibercultura, pretendemos apuntar los desafíos para profesores y alumnos de periodismo para el nuevo ambiente social que se desvela.



PALABRAS CLAVE: Ciberperiodismo. Formación. Educomunicación. Ética.

Recebido em: 05.11.2017. Aceito em: 17.12.2017. Publicado em: 02.01.2018.

Introdução

A reflexão deste artigo foi estimulada pela palestra do professor Eduardo Pellanda, promovida pelo curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em agosto de 2016, sobre o tema "Jornalismo e dispositivos móveis". O professor da PUC-RS tem pós-doutorado pelo MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts, coordena o laboratório de Ubimídia e é um dos principais pesquisadores sobre tecnologia e comunicação do país.

Durante a palestra, o professor apresentou dados sobre os avanços da tecnologia e seus impactos no acesso, na produção de conteúdo e na conexão e colaboração entre as pessoas. Com o conceito de "Always on", Pellanda aponta para uma sociedade 100% conectada, mas, mais do que isso, uma sociedade que incorpora o computador, a tecnologia, em sua rotina, vestindo-se e alimentando-se intermitentemente de informações.

Um dos grandes efeitos da popularidade dos meios de comunicação móveis não é só o fato de o indivíduo estar always on

com um fluxo de dados de informações constante, mas também o fato de ele ser um ponto de compartilhamento de fatos ao seu redor. (PELLANDA, 2005)

As experiências apresentadas pelo professor geraram uma discussão muito rica e instigadora sobre os desafios que surgem para a sociedade como um todo, em termos de invasão de privacidade, utilização indevida dos recursos tecnológicos, entre outros, mas, sobretudo para o ensino de jornalismo. Em sua fala, Pellanda acredita que para enfrentar esses desafios é necessário criar um manual ou algo parecido que possa nortear a utilização correta das mídias móveis.

Entretanto, a reflexão que se sobrepõe está relacionada aos conceitos éticos e morais da nossa sociedade e do exercício profissional do jornalismo, uma vez que numa época de transição de valores, seria possível apresentar limites para a cobertura jornalística? Será preciso rever a formação de jornalistas, que saibam atuar num mundo em transformação e cada vez mais sem

fronteiras? Nossa questão passa também sobre o papel da tecnologia na formação de jovens jornalistas. Precisamos formar para o mercado ou somos capazes de vislumbrar uma transformação social pelo exercício profissional da comunicação?

Relações de poder e potência

O problema não é a técnica ou mesmo a máquina, mas o ser humano. Aquelas podem nos levar em diversas direções, porque, em última instância, atualmente alienada e sem perspectiva de recuperação, ainda somos nós que lhes damos sentido, toda sua força não é senão expressão muito descontrolada dos poderes, sonhos, esperanças e desatinos da humanidade. (RÜDIGER, 2007, p. 180)

Mais que simples ferramenta, a tecnologia extrapola seu papel de auxiliadora das atividades cotidianas. No século 21, o avanço das tecnologias além de propiciar maior sedentarismo, parece promover um outro tipo de acomodação, a da reflexão. Quando a técnica supera o processo, o homem se vê refém de sua própria criação. Seduzidos pela técnica, passamos a ocupar um lugar menos brilhante, típico caso da criatura superando o criador. Mas, fato é que não

podemos abrir mão dos avanços conquistados.

Como explica Bruno (2002, p. 198 e 205):

Lançando nossas mentes no mundo, construímos dispositivos periféricos que simultaneamente simplificam o nosso meio, facilitando nossa cognição cotidiana e refinando o nosso próprio pensamento. [...] O hábito de 'espalhar nossas mentes no mundo', além de simplificar nossas atividades cotidianas, permite que 'nossas mentes' se tornem objetos que podemos manipular, analisar, 'representar', transformar. As mudanças que operamos no mundo, as inúmeras tecnologias que criamos e utilizamos permite que nossas idéias, representações, pensamentos, hipóteses se tornem 'coisas sobre as quais pensar', operando assim mudanças sobre nós mesmos.

Como extensões da mente, as tecnologias encantam como facilitadores, mas nos contentamos em compreender apenas parte do processo. É assim, por exemplo, nos relacionamentos. Se por um lado, encurtamos as distâncias via internet e todas suas ferramentas de comunicação, por outro, nos distanciamos do contato presencial. É possível então questionar se sem a presença real os relacionamentos permanecem inalterados. Dessa forma, à distância, sem necessidade de convivência

e com a possibilidade de assumirmos diversos papéis, abrimos o nosso leque de amizades virtuais, cada um representando o papel que mais lhe agrade.

As plataformas eletrônicas inscrevem-se no quadro de uma artificialização crescente da experiência pela tecnologia. Essa artificialização realiza a uniformização da experiência estética de massas e anda associada tanto à ideologia do conformismo como à distribuição social do comodismo. (PASSARELI, 2014, p. 13)

Sinais dos tempos. Também é impossível retroceder em diversas áreas do conhecimento. Reféns da técnica, passamos a contar com a memória de computadores, velozes e impecáveis, sobre-humanos. Espalhamos nossas mentes no mundo, ampliando nossa teia de atuação, mas ao espalhá-la perdemos um pouco de nós mesmos, ficamos dependentes da rede que criamos.

Para Silva (2006, p. 22), a tecnologia abre caminhos desconhecidos, permitindo uma nova paisagem, construindo imaginários. Ele defende as tecnologias do imaginário como “dispositivos de produção de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida”, tomando lugar das

tecnologias de controle, não pela persuasão, mas pela sedução. Nessa concepção, “o mundo pós-moderno forja tecnologias de afeto e domina os sujeitos pela adesão, pelo consentimento”. (SILVA, 2006, p. 25)

Nada mais apropriado já que a era é a da verossimilhança. “O espectador já não suporta a ausência da tela. Não quer o gol, mas o replay do gol: não busca a paisagem, mas o cartão postal; não quer a verdade, mas o verossímil”. (SILVA, 2006, p. 61) Mas como dominá-la, se vivemos entre simulacros e até distorções da realidade? “Na hiper-realidade não é mais possível distinguir o imaginário do real, nem o signo de seu referente, e ainda menos o verdadeiro do falso”. (KUMAR, 1997, p. 134)

Talvez a resposta esteja em Levy (2008), otimista de um futuro calcado nas tecnologias da inteligência, que antevê, quase ingenuamente, que no ciberespaço o homem seja capaz de uma reconciliação consigo mesmo e com a natureza. “O ciberespaço permite não apenas uma comunicação ‘um para um’ e ‘um para

muitos' mas também do tipo 'muitos para muitos' e a articulação em tempo real entre os três modos, o que incentiva a inteligência coletiva". (LEVY, 2008, p. 166) Mas se perdemos o poder de reflexão, beirando a mediocridade, como sugere Marcondes Filho, ainda temos forças para submetê-las a razão? "Uma visão de mundo pequena, intelectualmente pobre e simplória, passou a dar as cartas no universo comunicacional e informático, retrocedendo o nível de inteligência exigido a posições que em muitos casos beiram a mediocridade." (MARCONDES FILHO, 1997, p. 11)

Segundo Maffesoli, "a comunicação é cimento social, a cola do mundo pós-moderno" (2008, p.20). Na pós-modernidade, então, os meios de comunicação assumem um papel fundamental, multiplicando os olhares e a participação da sociedade. A palavra-chave é a interação. Como não temos mais os conceitos definitivos que nos sustentavam, a presença de inúmeros atores sociais ao mesmo tempo em que abre o leque de visões, tumultua o

entendimento, a compreensão. "O mundo hoje está numa complexidade muito grande. Essa sensação de incerteza, de imprevisibilidade, se dá porque temos muitos atores, é muita gente atuando em cima da realidade". (SANTOS, 2007, p. 56)

Dessa forma, o caos está instalado. O mesmo acontece com a informação, que pelo volume, dimensão e velocidade, é confundida como conhecimento, mas ao contrário provoca a perda pelo excesso.

A metáfora agora é a do momento que, criado pelo homem, o ameaça e a visão de mundo, a do curto-circuito da representação expressão, da confusão. Desaparecido o sujeito, é o objeto que marca agora os limites da individualidade e determina suas qualidades, o homem passa a existir pela técnica. Em relação à comunicação, ela entra numa espiral delirante e tautológica, onde o excesso produz exatamente a perda da informação. (MARCONDES FILHO, 1993, p.23)

Mas é exatamente no caos que está nossa esperança de redenção. Devemos recuperar um conceito inicial: o processo de comunicação deve ser maior que a técnica. Dessa forma, propomos a comunicação, como processo, como

vontade de potência, ou seja, resistência permanente.

Em “Assim falou Zaratustra”, Nietzsche expõe os conceitos de vontade de poder e vontade de potência. Para evitar confusão entre os dois, Silva esclarece: “O primeiro implica a submissão e o controle. A última, libertação e efervescência”. (SILVA, 2006, p. 35)

A comunicação é, sem dúvida, o fator mais importante da pós-modernidade. Abolido o conceito de persuasão, de dominação e também de subjugação do receptor, numa sociedade pluralista e complexa, a comunicação abre a possibilidade de negociação e identidade, através da interação e da troca de práticas culturais.

Como vontade de potência, a comunicação pode estimular o questionamento, a reflexão e a própria consciência da complexidade em que vivemos. Maior que a tecnologia, o processo de comunicação pode favorecer o pensamento, à medida que estimula o ser em relação, como sugere Paulo Freire.

Se os meios de comunicação, ao invés de reforçarem a desigualdade, mostrarem as diferenças, proporcionando uma revisão de valores e sentidos, poderemos criar uma nova sociedade, capaz de “sonhar sabendo que se sonha” e fazendo o homem consciente de si e conhecedor de seus limites. Como consequência do questionamento, da reflexão, podemos novamente estabelecer laços e retomar o sentido do pertencimento e do enraizamento.

Nietzsche e Heidegger, sobretudo o último, estão muito presentes nessa reflexão que provém do espírito de 68. Nietzsche nos ensina a pensar que o nihilismo, ou seja, o declínio das grandes metanarrativas metafísicas, dos assim chamados valores, não é uma lástima, mas a possibilidade de inventar novos valores, menos repressivos, para nossa convivência. (VATTIMO, 1992, p. 4)

Relações em sala de aula

Se as técnicas e dispositivos móveis já dominam as relações sociais como um todo, em sala de aula o diálogo entre professores e alunos também é mediado pelas tecnologias. Entretanto, os docentes ainda não encontraram um caminho para

lidar com os novos dispositivos. A questão também perpassa a polêmica em torno do uso instrumental dos meios de comunicação e a própria adequação dos planos de ensino e metodologias aos novos modelos. Não se trata apenas de incorporação dos recursos, mas de como utilizá-los em favor da formação crítica de novos profissionais.

Em 2014, um artigo publicado pela *The New Yorker*, com o título *"The Case for Banning Laptops in the Classroom"*³, escrito por Dan Rockmore, trouxe mais polêmica sobre o assunto. A principal argumentação do artigo está baseada em experimentos realizados nas universidades Cornell, Princeton e California que demonstraram maior apreensão da matéria, independente do assunto, nos alunos que utilizaram apenas papel e caneta. A possível explicação para entender o experimento estaria no fato de que ao anotar sem a tecnologia o aluno é forçado a refletir sobre o que está

escrevendo, mesmo que não seja exatamente o que o professor tenha falado em sala de aula. Por outro lado, os alunos que utilizaram o laptop conseguiram um maior volume de informações, mas sem um registro efetivo sobre elas.

Há uma necessidade urgente de repensar a sala de aula e as relações professor-aluno e as tecnologias. Essa questão é um dos focos da Educomunicação, conceito que pretende discutir as delicadas tensões entre Comunicação, Tecnologia e Educação.

Em um de seus mais recentes trabalhos, Soares (2011) define a Educomunicação como "um *paradigma* na interface comunicação/educação", que pretende atingir pelo menos três objetivos: (1) ampliar a discussão sobre a influência e relacionamento dos sujeitos e o sistema midiático, tanto para análise quanto para a utilização de dispositivos tecnológicos em sala de aula; (2) incentivar e consolidar "ecossistemas comunicativos nos espaços educativos", o que pressupõe uma gestão "democrática

³ Disponível em <http://www.newyorker.com/tech/elements/the-case-for-banning-laptops-in-the-classroom>
Acessado em 30/10/2014.

dos processos comunicativos”; e (3) fortalecer a capacidade de expressão dos indivíduos e grupos.

Nessa perspectiva, o conceito aplica-se tanto ao exercício de uma observação atenta sobre a presença dos sistemas de meios de comunicação numa sociedade em mudanças, promovendo sua “leitura” e “uso” (proximidade com o conceito de “educação para os meios”), quanto ao pleno exercício da liberdade de expressão dos sujeitos sociais em inter-relação nos diferentes espaços educativos (proximidade com a prática da “gestão de processos comunicativos”).

É nesse sentido que queremos tratar a proposta educomunicativa, muito mais ampla do que a utilização dos recursos tecnológicos ou comunicativos em sala de aula, ou seja, apenas instrumental. A Educomunicação vai além de tornar a aula mais agradável ou mais próxima dos educandos, a partir do momento em que se preocupa tanto com uma Leitura Crítica Dos Meios quanto com o diálogo, o processo e a relação professor-aluno, bem como a comunidade que faz parte ou participa desse movimento.

A relação Comunicação/Educação começou há mais de 50 anos longe dos

olhares acadêmicos. Uma prática social, nascida em movimentos populares, voltada para a conscientização de crianças e jovens a respeito da influência dos meios de comunicação.

Apesar de ocorrer em praticamente todas as partes do mundo, na América Latina a aproximação dos dois campos ganha nuances mais ideológicas, no contexto da dominação e ditadura política enfrentada em vários países, uma vez que os discursos dos meios de comunicação estiveram atrelados aos políticos-ideológicos e foram instrumentos de manipulação por muitos anos. (SOARES, 2011)

Como elementos fundantes, o novo conceito se alimenta de pioneiros das duas áreas, como Paulo Freire, Mario Kaplún, Celestin Freinet e Janusz Korcsak, entre outros. Educadores, jornalistas, pensadores e pesquisadores que realizaram pioneiramente experiências em sala de aula com o jornal, o rádio e a comunicação em geral, com um objetivo comum: a transformação do passivo receptor – seja de conhecimentos

transmitidos pela educação “bancária” ou de informações transmitidas pelos meios de comunicação – a um sujeito-ator, construtor da sua própria história.

A Educomunicação tem sido vista por meio de seu objetivo-fim que é formar cidadãos críticos e aptos a viverem em uma sociedade altamente marcada pelos dispositivos tecnológicos e meios de comunicação. Entretanto, a sua prática reúne referenciais diferenciados, capazes de identificar se o caminho foi percorrido de maneira educacional.

Entre eles, os diferenciais que identificam as práticas educacionais são: “uma gestão participativa dos processos e recursos, que busca construir e fortalecer ecossistemas comunicativos abertos e democráticos, ampliando o coeficiente comunicativo dos sujeitos envolvidos”. (SOARES, 2011)

Dessa forma, não basta introduzir a comunicação como instrumento de aproximação ou dinamismo em sala de aula, mas é preciso construir pontes de diálogo, expressão e participação igualitária, onde todos têm direito à voz e

podem emitir suas opiniões, preferências e ideias.

Nesse sentido, a Educomunicação pode romper com autoritarismos, exclusões e desigualdades, uma vez que, por meio do diálogo, do reconhecimento das diferenças e das necessidades do outro, propõe um equilíbrio entre as relações de poder presentes nos processos de aprendizagem, tanto formais quanto informais.

O desafio do ensino de Jornalismo

É papel do ensino superior ampliar a capacidade de reflexão dos alunos, construindo argumentos e pensamentos criticamente, inclusive sobre as suas maneiras de participarem ou compartilharem informações nas redes sociais.

O advento da tecnologia digital indica uma necessidade de se estender a missão tradicional da escola (...) a escola existe, em parte, para proporcionar aos jovens experiências sociais, intelectuais e culturais que eles não teriam sem ela. (...) As escolas deveriam desempenhar um papel fundamental na tentativa de nivelar as desigualdades de participação, ou seja, o acesso desigual às

oportunidades, experiências, habilidades e conhecimentos que irão preparar a juventude para uma ampla participação no mundo de amanhã. (BUCKINGHAM, 2012, p. 56)

As experiências com os dispositivos móveis devem fazer parte da preocupação dos professores, não apenas em suas pesquisas acadêmicas, mas principalmente nas relações em sala de aula e com os alunos. Não há como retroceder e os debates em torno deles estão apenas se iniciando, como aponta Scolari:

Essa é uma experiência perturbadora Homo sapiens... Estamos apenas apreciando as primeiras conseqüências dessa convergência/explosão. Este é um processo em curso e ainda não terminou! Neste contexto, considero que a comunicação móvel está no centro dos processos de convergência cultural contemporâneos. A pesquisa sobre a comunicação móvel a partir da perspectiva de estudos de mídia está apenas começando e tem um longo caminho a percorrer. Para seguir este caminho, é necessário compreender que um novo meio de comunicação entrou no ecossistema de mídia, um meio com os seus próprios modelos de negócios, gramática, práticas de produção e dinâmicas de consumo. (...) As conseqüências desta aparição serão sentidas por todo o ecossistema de mídia, o que torna necessária a inclusão de comunicação móvel nas agendas dos pesquisadores. (SCOLARI, 2016, p. 183)

Nesse sentido, Jenkins (2016) chama a atenção para o papel crucial das instituições de ensino, em todos os níveis.

Podemos esperar, portanto, que, na era digital, as instituições de ensino tenham um papel a desempenhar na promoção de competências na cultura midiática, na criação de oportunidades para os jovens reivindicarem e exercitarem suas vozes, garantindo que tenham a orientação de que precisam para encontrar o caminho das redes, que serão a fonte produtiva para sua energia criativa e suas necessidades sociais. Além disso, devem ter um papel importante na promoção de uma séria reflexão sobre as normas éticas que podem permitir que uma sociedade diversificada respeite todos os participantes e se responsabilize pela qualidade das informações colocadas em circulação. (JENKINS, 2016, p. 217)

Entendemos que há uma necessidade de uma análise mais profunda sobre a utilização das novas tecnologias e principalmente das formas que elas podem ser trabalhadas para ampliar o índice de aprendizagem e reflexão, exigidos pelos cursos de graduação. A Educomunicação pode oferecer subsídios para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem numa sociedade ainda mais impactada pelos dispositivos tecnológicos móveis.

Concordamos com Bucci (2000) que a preocupação atual deve ser com o preparo crítico, a formação ética e a apropriação do senso de sujeito. Uma geração que não ignore seu papel de formadora de opinião e nem o seu uso estratégico na ampliação do poder do mercado. A meta de formar jornalistas fica ainda mais desafiadora, levando os sujeitos a construir novos modos de atuação na mídia e, por consequência, no mundo.

Esse papel é ainda mais relevante num curso de comunicação e especialmente de jornalismo, porque tratam especificamente dos processos de comunicação na sociedade contemporânea. Por isso, as experiências com os dispositivos móveis devem fazer parte da preocupação dos professores, não apenas em suas pesquisas acadêmicas, mas principalmente nas relações em sala de aula e com os alunos.

Para Braga (2001), o papel da comunicação é relevante em função do "desenvolvimento de processos mediáticos e geração de procedimentos

públicos", além do que o próprio ângulo comunicacional tem aumentado sua presença em espaço e atividades da sociedade, decorrente da "forte intensidade, diversidade e rapidez com que a *interacionalidade mediatizada*⁴ se inscreve em todas as atividades humanas e sociais". Para ele, essa crescente participação da comunicação justifica repensar a função da escola e sua metodologia.

É com esse foco que Braga situa a sociedade mediatizada, que não apenas acrescenta instrumentos, mas altera seus processos de comunicação a partir das mediações tecnológicas que desenvolvem as interações sociais. As características de inclusividade e penetrabilidade da comunicação modificam percepções e

⁴ Braga propõe o uso da expressão interacionalidade em substituição à palavra interatividade, por considerar que esta última se restrinja ao tipo conversacional. Interacionalidade mediatizada seria então todos os tipos de interação promovidos ou possibilitados pelos meios de comunicação. "Na interacionalidade mediatizada ampla, o que importa mais é a situação de grupos e pessoas interagindo sobre produtos mediáticos, percebidos como disponibilidades sociais". (BRAGA&CALAZANS, 2001, p.29)

trazem novas experiências (“tentativas”) de construção do social.

Com as mudanças provocadas no século XX, a escola, que sempre se moveu sobre “linhas de tensão” com a sociedade, se depara com novas questões e desafios, como por exemplo “formar para a mudança”. Aqui Braga enfatiza uma dupla perspectiva: “a meta de educar para mudar a sociedade e a meta de educar para uma sociedade em mudança”. Outro exemplo de tensão é a educação voltada para os valores culturais e para a vida em geral em contraste com uma educação para o desenvolvimento, produtivista e especializante. No final, o que se entende é que não há mais padrões, normas universais e generalizantes. A diversidade, o local, a descentralização, a individualidade promovem e dinamizam a relação da educação com a sociedade.

“A escola se encontra em uma profunda crise de hegemonia”, enfatiza Huergo (2000), afirmando a presença massificadora dos meios, mas apresentando um novo elemento para essa alteração:

Vivemos hoje uma acelerada revolução das percepções, das práticas, das representações e dos imaginários; mas não são tanto os meios e as tecnologias os que desafiam a escolarização, senão a *tecnicidade* e a *cultura mediática* na trama da cultura social. (...) O cenário educativo está testemunhando a impotência da racionalização. (2000, p. 15)

Por outro lado, Huergo aponta para um projeto transversal de Comunicação/Educação, pensando em duas abordagens distintas: a profundidade dos estudos culturais da comunicação **na** educação e a construção criativa de uma pedagogia crítica das mediações culturais. “Necessitamos atualizar e aprofundar a desconstrução/crítica da escolarização e da tecnoutopia, desde uma genealogia da cultura latino-americana” (2000, p. 19).

Outro ponto fundamental para a questão da “comunicação para a educação” é a exagerada expectativa atribuída às tecnologias.

A ilusão de que as redes tecnológicas produzem uma democracia direta, uma comunicação social harmoniosa e um mundo melhor. É possível religar (com a carga religiosa) a tecnologia com a felicidade humana. (...) A tecnoutopia

tem contribuído a imaginar que é possível a construção de redes de comunicação transparente. Ao separar a tecnologia da cultura, separa a comunicação dos processos culturais. É a partir desta formação cultural emergente que se tem reforçado o sentido de Comunicação para a Educação, que contém a crença de que a comunicação implica transparência, entendida como clareza, isto é, como o contrário da opacidade dos processos socioculturais. (HUERGO, 2000, p. 11)

Huergo esclarece o sentido de transparência na afirmação acima: como acordo (forma atenuada de compromisso social); como possibilidade de retroalimentação ou *feedback*; como construção de uma comunidade ideal de comunicação, consagrando o caráter ativo das audiências; e como interação microeconômica. Entretanto, para Huergo, estaríamos diante de “uma sociedade depredadora, que forja as identidades violentamente em torno das idiossincrasias do marketing e do consumo”. (2000, p. 14)

Medina (2006) complementa que a crise de “degenerescência” no jornalismo traz embutida uma ruptura entre os especialistas e as múltiplas sabedorias,

que precisam encontrar seus “elos perdidos” para “darem outras respostas aos impasses históricos”. Nesse momento de sociedade em transição, não bastam tradicionais ou já conhecidas fórmulas e discursos. É necessário repensar procedimentos, técnicas e diretrizes.

No ensino de jornalismo, a crise de paradigma se faz mais alarmante, uma vez que há uma necessidade de redimensionamento de suas próprias técnicas e tecnologias de difusão, passando pela linguagem e pela prática profissional.

Há, sim, demandas sociais que pressionam um outro perfil de profissional - muito mais complexo do que o perfil do jornalista liberal. As crescentes organizações da sociedade formal, a retribalização da sociedade informal, toda a reorganização dos Estados e do mundo empresarial, as novas dimensões do trabalho e a consciência ambiental são alguns dos desafios da antiga aldeia global. As tecnologias da sociedade da informação são facilmente assimiladas; já a visão de mundo e as ferramentas da inteligência natural muito lentamente se abrem para o signo da relação. (MEDINA, 2006, p. 14).

Com a consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, colocada em

prática desde o segundo semestre de 2015, a formação do profissional de jornalismo foi revista em função do “contexto de uma sociedade em processo de transformação”.

“O acelerado potencial difusor das tecnologias de informação produziu novos ordenamentos sociais, novos comportamentos culturais e novas relações de poder” (BRASIL, 2009, p. 4). Nesse cenário, como apregoam as mesmas diretrizes, é necessário repensar conceitos “éticos, técnicos, estéticos para uma nova compreensão do jornalismo”.

O estado de crise resulta da superação de tais conceitos pela realidade nova moldada no ambiente criado pelas modernas tecnologias de difusão. E a mais importante decorrência da vertiginosa evolução tecnológica é, sem dúvida, a irreversível expansão de práticas e estruturas de democracia participativa, com sujeitos sociais dotados de alta capacidade de intervenção na vida real de nações e pessoas. BRASIL, 2009, p. 5-6)

É, por isso, que o desafio do ensino e da prática do profissional de jornalismo é ainda mais contundente, fortalecendo o senso de urgência sobre as relações dentro e fora da sala de aula entre professores, alunos e profissionais. Uma

vez que ainda “há dúvida quanto ao papel tradicional do jornalista frente à internet” (HERSCOVITZ, 2003, p. 19). Não estamos falando aqui de repensar a estrutura que já contempla o uso intensivo de tecnologias de comunicação, mas, além disso, o que fazer com a mediação tecnológica que transforma as relações professor-aluno; aluno-aluno; professor-professor.

Nesse sentido, e reforçado por Medina (2006), precisamos aprender no curso de jornalismo o novo conceito de ensino-aprendizagem, que “se caracteriza pela ação, e não pela verbalização do conhecimento” (p. 172). As DCNs, então, vêm ao encontro dessa transformação, instituindo como norte para os cursos de jornalismo em todo o território nacional o uso de ‘metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno’ com o objetivo de, entre outras, formar profissionais dotados de “competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão” (p. 15).

Chama a atenção, evidentemente, que é preciso discutir a metodologia do ensino de jornalismo e a participação do corpo discente. Interessante observar, como previsto nas DCNs, que esse novo processo de ensino desafia as relações com os professores.

O processo de ensino-aprendizagem na universidade é acima de tudo um relacionamento humano professor-aluno e aluno-aluno. Então, o processo, ao ser realmente assumido, exige uma pesquisa científica que ocupa um lugar importante no trabalho do professor. Por isso, não adianta falar numa nova metodologia de ensino no jornalismo sem considerar os aspectos elementares do didático, aspectos que, pela nossa formação tradicional, tendemos a ignorar. (MEDINA, 2006, p. 176-177)

Como um paradoxo, a crescente utilização das redes sociais por toda a sociedade, o que inclui evidentemente professores e alunos, reforça a necessidade de uma relação em sala de aula mais próxima e dialógica. O papel do professor e da escola/universidade ganha uma nova dimensão, extraído do seu viés de repertório intelectual para uma prática acadêmica social, que não tem sido aprendida nos cursos de didática de

ensino superior. Uma prática pedagógica que envolve a conhecimento do outro, a avaliação como processo gradual e a relação de individualidade, com suas habilidades e dificuldades.

Claro que esse desafio fica impossibilitado em salas de aula repletas de acadêmicos, com distintos desejos, perspectivas e expectativas em relação ao ensino. O papel do professor fica ainda mais em xeque, em termos de conhecimento e diálogo individual de seus alunos.

Entretanto, como afirma Medina (2006, p. 181):

Não há mais dúvidas de que o centro do processo de ensino-aprendizagem se desloca do professor e seus conhecimentos a transmitir para o grupo de alunos em trabalho criativo, elaborando experiências e conhecimentos, através de uma interação social em que o professor apenas orienta e, sobretudo, observa o processo.

Não basta instituir a tecnologia como mediadora se a prática pedagógica continuar distante do processo de ensino-aprendizagem. Cada um de nós aprende de uma forma e tem uma maneira peculiar de adquirir conhecimento. O

professor, em tempos de uma sociedade em transição, precisa:

(Precisamos) o quanto antes abandonar a ênfase na busca de conhecimentos a serem transmitidos e ingressar na pesquisa consciente do processo de ensino-aprendizagem. O processo é tão ou mais importante que as fórmulas do conhecimento. Enquanto não assumirmos essa posição, estaremos tentando fabricar jornalistas ou comunicadores 'eruditos', incapacitados para enfrentar os desafios do futuro, porque passaram por uma pseudo-aprendizagem. (MEDINA, 2006, p. 187).

Referências

- BRAGA, José Luiz & CALAZANS, Maria Regina. **Comunicação e Educação: questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 482, de 15 de Outubro de 2014. **Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS**. Campo Grande: UFMS, 2014. Disponível em <https://bse.ufms.br/> Acesso em 10/03/2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013, seção 1, p.26.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação**. 2009. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocument/s/documento_final_cursos_jornalismo.pdf Acesso em 10/03/2017.
- BRUNO, Fernanda. Tecnologias cognitivas e espaços do pensamento. In: **Livro da XI Compós**. 2002. Porto Alegre: Estudos de Comunicação Compós e Ed. Sulina, 2003, p. 193-217.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 188-201.
- BUCKINGHAM, David. Precisamos realmente de educação para os meios? In: **Comunicação & Educação**. Ano XVII, n.2, julho/dez. 2012 p. 41-60.
- HERSCOVITZ, Heloiza G. A internet e o futuro dos jornalistas. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 26, n. 1, jan./jun. de 2003. São Paulo: Intercom, 2003, pp. 11-24.
- HUERGO, Jorge. "Comunicación/Educación: itinerarios transversales". In: VALDERRAMA, Carlos Eduardo. **Comunicación-educación: coordenadas, abordajes y travesías**. Bogotá: Universidad Central, 2000, p. 3-25.
- JENKINS, Henry. Convergência e Conexão são o que impulsiona a mídia agora. Entrevista concedida a Priscila Kalinke e

Anderson Rocha. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. V. 39, n. 1, jan/abr. 2016. São Paulo: Intercom, 2016, pp. 213-219.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEVY, Pierre. O ciberespaço como um passo metaevolutivo. In: MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da. (orgs). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre, Sulina, 2008.

MAFFESOLI, Michel. A comunicação sem fim. MARTINS, Francisco Menezes e SILVA, Juremir Machado da. (orgs). **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre, Sulina, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. Por uma nova teoria da comunicação. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e NETO, Antonio Fausto (eds). **Comunicação e cultura contemporâneas**. Rio de Janeiro: Notrya / Compós, 1993, p. 20-31.

_____. **SuperCiber: A civilização místico-tecnológica do século 21**. São Paulo: Ática Shopping, 1997.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDITSCH, Eduardo e FARACO, Mariana Bittencourt. O pensamento de Paulo Freire sobre jornalismo e mídia. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. v. 26, n. 1, jan./jun. de 2003. São Paulo: Intercom, 2003, pp 25-46.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

PASSARELLI, Brasilina at all (org.) **e-Infocomunicação: estratégias e aplicações**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2014.

PELLANDA, Eduardo. **Internet móvel: novas relações na cibercultura derivadas da mobilidade na comunicação**. Porto Alegre: Faculdade de Comunicação Social, PUCRS, 2005.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da Cibercultura: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTOS, Jair Ferreira dos. In: **CAROS AMIGOS**, edição especial, ano XI, nº 36, São Paulo, novembro de 2007.

SCOLARI, Carlos Alberto. A comunicação móvel está no centro dos processos de convergência cultural contemporâneos. Entrevista concedida a Alan César Belo Angeluci. In: **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. V. 39, n. 2, maio/ago. 2016. São Paulo: Intercom, 2016, pp. 177-184.



ISSN nº 2526-8031

Vol. 2, n. 1, Jan-Abr. 2018

SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação**: As múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social, na Europa, Estados Unidos e América Latina. (no prelo)

_____. **Educomunicação**: o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

VATTIMO, Gianni. **A sociedade transparente**. Portugal, Relógio d'Água, 1992.